



**Intervenção da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade
Abertura do seminário “Mulheres, Cidades e Território. Tour Europeia de
Boas Práticas”**

(PpDM e Coordenação Francesa do Lobby Europeu das Mulheres)

- 30 de setembro de 2016 -

Gostaria de começar por dar os parabéns à Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres e à Coordenação Francesa do Lobby Europeu das Mulheres por criarem a oportunidade de refletirmos sobre uma temática que se afigura fundamental para a realização de uma agenda de desenvolvimento sustentável que é global e que assume a igualdade entre homens e mulheres e o empoderamento de mulheres e raparigas como requisito indispensável.

Queria, assim, agradecer o convite que me dirigiram para estar presente nesta sessão de abertura do seminário “Mulheres, Cidades e Território” e que fiz questão de aceitar porque não podia deixar de publicamente reconhecer a importância deste contributo para o sucesso das políticas públicas não só em Portugal, como em todos os países envolvidos.

Esta é uma iniciativa que olha para a cidade com coragem renovada e que une várias cidades num trabalho empenhado de partilha, de reflexão e de intervenção.

Focado na cidade, no papel da cidade, na organização e funcionamento da cidade, encontro neste projeto convergência direta com a ambição e estratégia deste Governo. Temos como absolutamente prioritário o objetivo da territorialização, da centralização dos territórios, da renovação do papel do local e da efetiva



concretização da proximidade. Este Governo tem trabalhado nesta abordagem, que procura imprimir em todas as iniciativas que realiza, desde a conceção à execução e avaliação.

Aliás, este é um trabalho que se pretende sustentável, o que só pela via da articulação integrada e responsável se consegue assegurar. Um trabalho que a todos e todas chama e a todos e todas responsabiliza. Um trabalho na cidade que é nossa, que tem de ser, em liberdade, de todos e de todas.

Mas, e como o próprio relatório nacional de preparação da Nova Agenda Urbana reconhece, a cidade é habitualmente palco e reprodutora de exclusões. Neste contexto, as mulheres são vítimas das mais variadas formas de discriminação, que se materializam frequentemente na insegurança e, por vezes, em atos de violência. Ora, é olhando para a nossa cidade que nos compete encontrar respostas de combate e de prevenção. Nesta área, o Governo tem desenvolvido um trabalho imenso de territorialização, de articulação com todos os agentes envolvidos para garantir uma rede nacional de apoio que consiga reagir no imediato e na sequência, de forma adequada e eficaz.

A segunda geração de protocolos de combate à violência doméstica e de género (recentemente assinados em Odemira/Aljezur; Alentejo Litoral; Cova da Beira e Sudoeste Alentejano) assentam exatamente numa estratégia de territorialização das políticas públicas, mas também na estratégia de promoção de novos modelos de governação mais integrados mas territorialmente adequados (envolvendo um conjunto alargado de entidades públicas e não governamentais, da administração central e local). Esta nova abordagem de intervenção visa potenciar os recursos locais de resposta, procurando evitar uma segunda vitimização das vítimas (a



primeira decorrente do seu contexto de intimidade, a segunda decorrente de uma resposta que concorre para a sua descontextualização e institucionalização). Esta abordagem de territorialização é integrada, permite que as respostas e as soluções sejam construídas de forma adequada a cada contexto territorial, ouvindo os principais atores sobre o que são os problemas da intervenção e co-construindo as soluções mais adequadas (numa ambição de ir para além da promoção das soluções que são apenas possíveis).

Nesta linha, também ao nível da tomada de decisão, designadamente no que concerne à organização e funcionamento da nossa cidade, urge assegurar que todos e todas são ouvidos, que podem participar, que podem contribuir, e que podem ser responsáveis por uma construção que se diz comum. As mulheres têm que ser incluídas, os processos têm que ser participados e os veículos de participação assegurados, desde o planeamento, ao orçamento, à execução. O Governo tem apostado fortemente numa atuação concertada com organizações da sociedade civil, dando-lhes voz e reconhecendo o seu papel.

Importa que, em todos os setores e a todos os níveis, estas vozes sejam incluídas, também assim garantindo o exercício do *mainstreaming* que se afigura imprescindível para a realização desta agenda global e que permite dar visibilidade às necessidades particulares das mulheres e de outros grupos, e pensar em formas de integrá-las.

O recente estudo dos usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal (uma colaboração CESIS e CITE) voltou a ilustrar as assimetrias que se verificam no uso do tempo do trabalho não pago, sendo que a partilha das tarefas domésticas e do trabalho de cuidado continua a ser muito desequilibrada. Esta situação



exacerba-se quando cruzada com um planeamento urbano monofuncional, pensado apenas por e para uma parte.

A distribuição das creches, das escolas, dos serviços de saúde, dos supermercados, dos espaços verdes, dos espaços habitacionais, entre muitos outros, afeta de forma única as mulheres que, fruto dos estereótipos que se mantêm profundamente enraizados na nossa sociedade e na nossa cidade, vêem os seus tempos profundamente limitados e as suas oportunidades indelevelmente prejudicadas. Também assim, o número crescente de mulheres idosas (que constituem a maioria das famílias constituídas por um só elemento idoso) vêem-se discriminadas por uma interseção de fatores que lhes impõem marginalização.

A ausência de uma perspetiva transversal de igualdade de género tem-se traduzido em modelos de organização que não têm em conta as necessidades dos vários grupos que vivem na cidade.

Importa, por isso, rever mecanismos de planeamento, acompanhamento e avaliação, integrando plenamente esta perspetiva. Isto exige também sistemas de informação que meçam o progresso e disponibilizem dados desagregados por sexo, idade, situação socioeconómica, etc.

O objetivo que hoje aqui nos trás inscreve-se num quadro de convergência evidente de estratégias. Ao nível da agenda 2030, no cruzamento do ODS 5 – “Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas” – com o ODS 11 - “Cidades e Comunidades Sustentáveis”. E mais especificamente, no contexto da preparação da Nova Agenda Urbana no quadro da Conferência das Nações Unidas para Habitação e o Desenvolvimento Urbano Sustentável.



Também na implementação da agenda urbana da UE, recentemente aprovada, e da agenda nacional que pressupõe a territorialização com ferramenta chave.

Neste quadro, somos compelidos a realizar efetivamente a igualdade de género, e a realizá-la em conjunto numa cidade enquadrada no reconhecimento e exercício pleno dos direitos humanos.

Já dizia Roberto Carneiro, em 1997, que a transformação da cidade requer uma nova cidadania; entre outras, uma cidadania paritária, liberta de preconceitos e indispensável ao progresso humano, social e democrático. Uma cidadania feita a dois que pressupõe uma igualdade efetiva e, por isso, inclusiva (Carneiro, 1997).

Para impulsionarmos esta transformação a que nos interpela uma agenda alinhada, importa repetir iniciativas como esta, reiterar os objetivos integrados para o desenvolvimento sustentável, e continuar empenhados e empenhadas na construção coletiva de uma cidade de todos e de todas, para todos e para todas.

Obrigada.

Catarina Marcelino

Referência:

Carneiro, R. (1997). Educação para a cidadania e cidades educadoras. *Administração*, 36(X), 347-364.